



REQUERIMENTO Nº DE 2014
Do Sr. Domingos Neto

Requer realização de Audiência Pública, para tratar do seguro defeso, concedido aos pescadores artesanais durante a piracema.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realize Audiência Pública, para tratar do seguro defeso com os representantes das seguintes entidades:

- Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Ministério Público do Estado do Ceará– MP-CE;
- Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS;
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do Ceará DAS;
- Secretaria da Pesca e da Aquicultura do Governo do Estado do Ceará SPA;
- Associações de pescadores.

JUSTIFICATIVA

O seguro defeso, estabelecido pela Lei nº 10779/2003, é concedido aos pescadores que exercem suas atividades de modo artesanal, na época do ano em que é proibida a pesca. Essa proibição protege o pescado durante a desova, garantindo perpetuação das espécies. Saliente-se que o benefício cabe, tão só, aos pescadores cujas atividades estejam paralisadas durante a interdição da pesca.



Pescadores artesanais têm reclamado contra órgãos públicos que defendem o cancelamento do seguro defeso nos períodos de estiagem. Segundo o entendimento desses órgãos, a seca inviabiliza a pesca, logo não seria cabível o pagamento da assistência financeira aos pescadores.

Os pescadores, todavia, rebatem as pretensões de cancelar o seguro defeso durante a seca. Alegam que, mesmo durante anos de estiagem, trabalham até que os reservatórios atinjam níveis mínimos de água. Após o esgotamento dos reservatórios, os pescadores, frequentemente, migram para outras bacias hidrográficas, a fim de exercer suas atividades. Logo, não seria justo deixar os pescadores descobertos durante a seca.

Não podemos esquivar-nos da responsabilidade de buscar uma solução para problema que afeta tantos trabalhadores. Acreditamos que, por meio do diálogo entre os diversos interessados, podemos contribuir para uma saída que atenda aos interesses dos pescadores artesanais.

Ante a relevância do assunto, peço o apoio dos nobres Membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em novembro de 2014.

Deputado **DOMINGOS NETO**
(PROS/CE)